

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012/2013

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001078/2012

DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/06/2012

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023130/2012

NÚMERO DO PROCESSO: 46218.008066/2012-45

DATA DO PROTOCOLO: 21/06/2012

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTO ANGELO, CNPJ n. 96.213.533/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). OSWALDINO JOSE LUCCA;

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.886.860/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ELTON ROBERTO WEBER;

E

SINDICATO RURAL DE SANTO ANGELO, CNPJ n. 96.211.925/0001-50, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO AURI MILANESI;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013 e a data-base da categoria em 1º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **trabalhadores rurais**, com abrangência territorial em **Entre-Ijuís/RS, Eugênio de Castro/RS, Santo Ângelo/RS e Vitória das Missões/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO DA CATEGORIA

O salário da categoria a partir do dia 1º de março de 2012 será de R\$ 740,00 (Setecentos e quarenta reais).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REPOSIÇÃO SALARIAL

Os integrantes da categoria profissional terão uma reposição de 10,45% (dez vírgula quarenta e cinco por cento) sobre o salário de 1º de maio de 2011.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Os empregadores serão obrigados a efetuarem o pagamento dos salários em moeda corrente, sempre que o mesmo realizar-se nas sextas-feiras ou vésperas de feriados.

<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Parágrafo único - Se o pagamento for efetuado em cheque a empresa dará ao trabalhador o tempo necessário para descontá-lo até a data limite.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O empregador deverá fornecer ao empregado, cópia do recibo de qualquer tipo de pagamento feito a este, inclusive cópia do termo de rescisão do Contrato de Trabalho, do contrato de experiência, devendo o empregado analfabeto ser assistido por familiar ou testemunho na hora do recebimento.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Descontos Salariais

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Os empregadores assumem a obrigação de descontar em **30 de agosto de 2011, em 30 de dezembro 2011 e 30 de abril de 2012**, em folha de pagamento **04% (quatro por cento)** sobre o salário do empregado, o que equivale ao desconto de 1% ao mês, conforme previsto no inciso IV, do artigo 8º da Constituição Federal e aprovado legalmente <?xml:namespace prefix = st1 ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:smartsheet" />em Assembleia Geral da categoria e recolher os valores em favor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da área da área de abrangência, no Banrisul ou Sicredi até o dia **10 (dez)** do mês subsequente ao desconto em guias distribuídas pelo STR.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Parágrafo Primeiro: O não recolhimento na data estipulada acarretará multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo da correção monetária.

Parágrafo Segundo: O empregado poderá se opor ao desconto perante o empregador, até 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento reajustado, de acordo com a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Terceiro: Caso haja oposição ao desconto por parte do empregado, este deverá comparecer ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da área de abrangência para comunicar sua decisão, sendo-lhe fornecida a homologação por escrito, a qual este apresentará ao empregador.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE TRABALHO EM DOMINGO E FERIADOS

As horas de trabalho prestadas em domingos e feriados não compensadas, deverão ser pagas com adicional de 100% (cem por cento) independentes do repouso semanal remunerado.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

CLÁUSULA NONA - REMUNERAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

As horas trabalhadas deverão ser remuneradas: as duas primeiras com adicional de 50% (cinquenta por cento) e as excedentes com adicional de 80% (oitenta por cento).<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINQUENIO

Todo empregado rural, a cada 05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa, faz jus ao acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Auxílio Habitação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DESCONTO E CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

Habitação: O empregador que fornecer ao empregado rural, moradia em condições de higiene e salubre, poderá descontar, desde que autorizado pelo empregado no início do contrato de trabalho, até 10% (dez por cento) do salário mínimo nacional.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DESCONTO E CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO

Alimentação: O empregador que fornecer ao empregado rural, alimentação elaborada, posta à mesa, farta e de boa qualidade, poderá descontar, desde que autorizado pelo empregado, até 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, sendo 10% (dez por cento) referente ao almoço e 10% (dez por cento) referente ao jantar.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Parágrafo único - Os percentuais referentes à alimentação e habitação descritos no *caput* da cláusula somente poderão ser reajustados quando houver reposição salarial da categoria.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXILIO FUNERAL

Em caso de falecimento do empregado, fica o empregador obrigado a pagar aos sucessores diretos daquele, a título de auxílio funeral o valor de 01 (um) piso salarial da categoria.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REGISTRO DE FUNÇÃO NA CTPS

Todo empregador deverá registrar o contrato de trabalho na CTPS do empregado, expressamente a efetiva função desempenhada, fazendo constar o correspondente CBO (Código Brasileiro de Ocupação).<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RETENÇÃO DA CTPS PELO EMPREGADOR

Todo empregado rural deverá ter em seu poder sua CTPS com o registro atualizado de todas as anotações referentes ao seu contrato de trabalho, ficando o empregado responsável a fornecer a CTPS ao empregador para este regularizar a atualização.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Parágrafo único - Não poderá o empregador, sob hipótese alguma, reter a CTPS do empregado nem deixar de assiná-la no prazo previsto em lei sob pena do pagamento de multa diária correspondente a 01 (um) dia de salário atualizado, em favor do empregado prejudicado, tantos dias quantos demorar a devolução.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO CONTRATUAL EXTENSIVA AO CÔNJUGE

A rescisão de contrato de trabalho, sem justa causa, de um cônjuge ou companheiro(a), será extensiva ao outro que exercer atividades ao mesmo empregador, desde que o segundo concorde.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

As rescisões de contrato de trabalho deverão ser obrigatoriamente realizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de abrangência, quando a relação de emprego for superior a 06 meses.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Outros grupos específicos

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SALÁRIO DO CAPATAZ RURAL

O salário do capataz rural será de 01 (Um) salário da categoria, acrescido de 20% (vinte por cento).

<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Parágrafo único - Será considerado capataz rural o empregado que tiver sob seu mando, 02 (dois) ou mais empregados rurais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SALÁRIO DA EMPREGADA RURAL

O salário da empregada rural será no mínimo de 01 (Um) salário da categoria, ou proporcional ao turno de trabalho.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Quando readmitido o empregado rural dentro do período de 01 (um) ano na mesma função que exercia, não poderá ser celebrado novo contrato de experiência.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SERVIÇO MILITAR GARANTIA DE EMPREGO AO ALISTANDO

Garante-se o emprego do alistando desde a data do alistamento para o serviço militar até 30 (trinta) dias após a baixa.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ALOJAMENTOS

O empregador deverá fornecer aos trabalhadores alojamentos dotados de cama, armário e banheiro em boas condições de uso e higiene.

<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Parágrafo primeiro: Os banheiros deverão ter chuveiros quentes e gabinetes sanitários, na proporção de um para cada dez empregados instalados em compartimentos individuais, separados por sexo, ter ventilação adequada para o exterior dotado de portas independentes, providos de fecho que permita a privacidade do empregado.

Parágrafo segundo: As camas deverão ser individuais com colchões limpos e adequados, com condições de conforto aos empregados, e roupas de cama limpas e adequadas às condições climáticas locais.

Parágrafo terceiro: Os armários deverão ser individuais para que o trabalhador possa guardar seus objetos pessoais.

Parágrafo quarto: O alojamento deverá ter portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - LOCAL PARA REFEIÇÃO

O empregador deverá fornecer aos trabalhadores, local para refeições adequadas e em boas condições de higiene, ventilação e segurança, dotado de louças, mesas e assentos em número correspondente aos usuários.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS

Os empregadores não descontarão de seus empregados as faltas ao serviço, num limite de 02 (duas) por mês, desde que justificadas com baixa hospitalar, para atendimento de saúde de filhos menores de idade, cônjuge, companheiro ou companheira.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FOLGA DE UM DIA ÚTIL MENSAL

Ficam os empregadores obrigados a concederem aos seus empregados, um dia útil de folga por mês, sem qualquer prejuízo salarial, para que os mesmos atendam interesses particulares em data a ser fixada de comum acordo.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Férias e Licenças

Licença Remunerada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA PARA ASSEMBLEIA

Sempre que houver convocação dos trabalhadores rurais do município de abrangência, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não poderá o empregador impedir ou descontar o dia utilizado para este fim.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO

O empregador deverá fornecer gratuitamente e se tornar obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção individual aos riscos das atividades. <?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

Parágrafo único: O não uso, comprovadamente reiterado, do equipamento de proteção fornecido pelo empregador, sujeita o empregado às sanções legais.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MULTA

As empresas que descumprirem as cláusulas da Convenção Coletiva, que contêm obrigação de fazer, estão sujeitas à multa equivalente a 5% (cinco por cento) do salário do empregado e em benefício do mesmo, desde que não haja previsão legal ou em cláusula específica.<?xml:namespace prefix = o ns = "urn:schemas-microsoft-com:office:office" />

OSWALDINO JOSE LUCCA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTO ANGELO

ELTON ROBERTO WEBER

Presidente

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO
SUL

ROGERIO AURI MILANESI

Presidente

SINDICATO RURAL DE SANTO ANGELO

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .